



JNF PARTICIPAÇÕES S/A

CNPJ.: 09.599.656/0001-47

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Valores expressos em milhares de Reais)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A JNF Participações S/A é uma sociedade anônima de capital fechado. A sociedade tem por objetivo social a participação no capital social de sociedades autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Com o intuito de operar no segmento de seguros de danos, através da 9ª Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas foi modificado o objeto social da Companhia, que passou a ser a participação em sociedades autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Em dezembro de 2017 a administração protocolou na SUSEP pedido de autorização prévia para operar com a atividade de seguros de danos, cujo expediente foi favorável com carta homologatória expedida em fevereiro de 2018. A partir dessa autorização foi constituída a JNS Seguradora S/A (CNPJ. 30.862.594/0001-00), cuja autorização de funcionamento ocorreu por intermédio da Portaria SUSEP nº 7.162, de 26 de julho de 2018.

Em decorrência do capital excessivo, frente a nova finalidade da holding e também em face da vedação na manutenção de créditos com partes relacionadas, e considerando as vedações constantes nas normas do Conselho Nacional de Seguros Privados, mais especificamente o artigo 91 da Resolução CNSP 321/2015 e alterações posteriores, em 2018 foi proposta e deliberada pelos acionistas, através da 10ª Assembleia Geral Extraordinária, a redução do capital social em R\$ 29.000.000 (vinte e nove milhões de reais). A proposta de redução ocorre da seguinte forma: (a) R\$ 7.814,047 (sete milhões, oitocentos e quatorze mil, quarenta e sete reais), mediante a entrega do valor, em espécie e (ii) R\$ 21.185.953 (vinte e um milhões, cento e oitenta e cinco mil, novecentos e cinquenta e três reais), mediante a cessão de créditos com partes relacionadas.

NOTA 2. APRESENTAÇÕES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

a) Declaração de conformidade

A administração declara que a elaboração e apresentação das demonstrações financeiras da controladora e as demonstrações financeira consolidadas estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se por base a legislação societária, as Normas do Conselho Nacional de Seguros Privados, da Superintendência de Seguros Privados (“Susep”) e pronunciamentos e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, desde que referendados pela Susep.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação adotada pela empresa, arredondada para a unidade de real mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

d) Demonstração de resultado abrangente



A Demonstração do Resultado Abrangente não está sendo apresentada em razão da inexistência de valores que se enquadrem como outros resultados abrangentes.

e) Continuidade

A Administração considera que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

f) Autorização para emissão e divulgação

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Administração em 30 de março de 2023.

g) Bases de consolidação

Para a elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foi eliminada a participação da controladora na sociedade seguradora JNS Seguradora S/A, os saldos das contas patrimoniais, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

A seguir discrimina-se a participação na investida, apresentado os principais números ao final de 31/12/2022:

Controlada	Ativo	Passivo Corrente	Patrimônio Líquido	Resultado	Participação
JNS Seguradora S/A	124.473.987	58.879.972	34.116.773	857.393	90%

NOTA 3. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração faça uso de certas estimativas contábeis que podem afetar valores reportados de ativos e passivos, bem como a divulgação de informações sobre dados das demonstrações financeiras.

Nota 3.1. Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica, com relação às probabilidades de perda. Estas são provisionadas quando mensuráveis e quando a probabilidade de perda é avaliada como “provável”, conforme critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados.

NOTA 4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas são as seguintes:

Nota 4.1. Classificação de itens circulante e não circulante



Os ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 (doze) meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 (doze) meses são classificados como itens não circulantes.

Nota 4.2. Compensações entre contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

Nota 4.3. Instrumentos financeiros

Nota 4.3.1. Ativos financeiros não derivativos

São reconhecidos os empréstimos, recebíveis e depósitos bancários inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual as empresas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

É deixado de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando as empresas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com liquidez imediata a partir da data da contratação, os quais não são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

Nota 4.3.2. Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

Nota 4.4. Valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Nota 4.5. Apuração do resultado

Nota 4.5.1. Receitas e despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

(i) os prêmios de seguros e as despesas de comercialização, contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas e reconhecidos nas contas de resultados, pelo valor proporcional no prazo de vigência do risco;

(ii) as receitas e despesas de prêmios e comissões relativas a responsabilidades repassadas a resseguradores, pelo regime de competência.



Os saldos relativos aos riscos vigentes e não emitidos, quando aplicável, são calculados e registrados conforme metodologia definida em Nota Técnica Atuarial.

Nota 4.5.2. Receitas de juros

As receitas de juros de instrumentos financeiros (incluindo as receitas de juros de instrumentos avaliados ao valor justo através do resultado) são reconhecidas no resultado do exercício segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido como resultado de perda por "impairment", é reduzido o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuro, descontado pela taxa efetiva de juros e continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado do exercício. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros.

Nota 4.5.3. Resseguro

Os processos de resseguros são registrados no sistema operacional, de acordo com cada contrato negociado, para cada uma das linhas de coberturas. Os contratos de resseguros facultativos são negociados de acordo com as políticas e a legislação em vigor, sendo a conformidade do processo monitorado pela área de resseguros.

No processo de resseguro facultativo, executado pela área técnica, as operações devem ser aprovadas através do controle de aceitação de risco. Além disso, toda a documentação do processo de resseguros é devidamente verificada pela gerência de resseguros. Para evitar o risco de crédito com corretores de resseguros e resseguradoras, foram estabelecidos procedimentos e políticas que visam a manutenção da liquidez das operações. Para tratar tais questões, foi criado um comitê, o qual decide sobre as operações novas e em curso.

Todas as alterações nos termos e condições de resseguros estão de acordo com os manuais e políticas de subscrição. Toda e qualquer mudança ocorrida nos termos e condições dos tratados de resseguro são comunicadas para os subscritores pela área de resseguros. Antes desta comunicação as áreas subscrição/produto executam as alterações no sistema de acordo com as novas condições da apólice.

O resultado é apurado pelo regime de competência do exercício e considera os rendimentos, os encargos e os efeitos das variações monetárias, ou variações incidentes sobre os ativos e passivos e os efeitos dos ajustes dos ativos ao valor de realização, quando aplicável.

Nota 4.6. Receitas financeiras e despesas financeiras

A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos.

A despesa com juros sobre o capital próprio é classificada diretamente na demonstração do patrimônio líquido.

Nota 4.7. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é apurado com base no lucro real, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas de 15% de IRPJ mais adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é determinada pela aplicação de 9% sobre a respectiva base tributária ajustada.

No segmento de seguros, a contribuição social sobre o lucro líquido foi calculada considerando a alíquota de 15% sobre o lucro tributável até o mês de julho de 2022. De acordo com a Lei nº 14.446/2022, a alíquota da contribuição social foi de 16% para o período de 1º de agosto de 2022 à 31 de dezembro de 2022 voltando a ser 15% a partir de janeiro de



2023. O imposto de renda é calculado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excedem R\$ 240 mil no exercício.

A despesa de imposto de renda e contribuição social dos períodos reportados inclui as despesas de impostos correntes e os efeitos de tributos diferidos. É reconhecido no resultado do período os efeitos dos impostos de renda e contribuição social, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, onde nestes casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

PIS e COFINS

No segmento de seguros as contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente.

Nota 4.8. Classificação de contratos de seguro e contratos de investimento

Na adoção do CPC 11 (equivalente ao IFRS 4), foi efetuado o processo de classificação de todos os contratos de seguro e resseguro com base em análise de transferência de risco significativo de seguro entre as partes no contrato, considerando adicionalmente, todos os cenários com substância comercial onde o evento segurado ocorre, comparado com cenários onde o evento segurado não ocorre. São emitidos diversos tipos de contratos de seguros em ramos que transferem risco de seguro, risco financeiro ou ambos. Como guia geral, é definido o risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro (com substância comercial) que são maiores do que os benefícios pagos caso o evento segurado não ocorra. Contratos de investimento são aqueles contratos que não transferem risco de seguro ou transferem risco de seguro insignificante. Não foram identificados contratos classificados como “contratos de investimento” na aplicação do CPC 11 (equivalente ao IFRS 4).

Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro do CPC 11 (equivalente ao IFRS 4). Os contratos de resseguro que não atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 (equivalente ao IFRS 4) são classificados como ativos financeiros. Todos os contratos de resseguro foram classificados como contratos de seguro por transferirem risco significativo de seguro entre as partes no contrato.

Nota 4.9. Ativos intangíveis e outros intangíveis

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo consolidado, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- (i) é tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;
- (ii) a administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo;
- (iii) o software pode ser vendido ou usado;
- (iv) o software gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados;
- (v) estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software; e
- (vi) o gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em exercício subsequente.

Os custos durante sua vida útil estimada (vida útil definida), não superior a cinco anos, são alocadas as suas respectivas unidades geradoras de caixa e avaliados para impairment periodicamente.

Nota 4.10. Passivos oriundos de contratos de seguros

Segundo o CPC 11, foi utilizada a isenção de aplicar as práticas contábeis anteriores, ou seja, BRGAAP (políticas e práticas contábeis adotadas no Brasil que estão relacionadas abaixo) utilizada para avaliação dos passivos de contratos de seguro e ativos de contratos de resseguro. Além da utilização desta isenção, foram aplicadas as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro tais como: (i) teste de adequação de passivos, (ii) avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação de contratos de seguro, dentre outras práticas contábeis previstas e permitidas segundo o CPC 11 para uma entidade que adota essas normas pela primeira vez.

Nota 4.10.1. Provisões técnicas

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações do CNSP e da Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"), cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA), descritas a seguir:

(i) A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é constituída pela parcela dos prêmios emitidos e retidos, correspondentes ao exercício de risco não decorrido do prazo de vigência de cada apólice, segundo parâmetros e normas determinadas pelo CNSP, atualizada monetariamente no caso de seguros indexados. A provisão de prêmios não ganhos referentes aos riscos vigentes e ainda não emitidos (RVNE) é constituída conforme Nota Técnica Atuarial, em que são justificadas as metodologias de estimação, conforme Resolução CNSP Nº 432/21, consolidada pela Circular Nº 648 de 12 de novembro de 2021 e alterações posteriores.

(ii) A provisão de sinistros a liquidar (PSL) é constituída com base na estimativa de pagamentos prováveis, avisados até a data das demonstrações financeiras, líquidos de recuperações e cosseguros cedidos e determinada com base nas notificações de sinistros avisados. O valor final de PSL já considera, se necessário ajustes estimados pela parcela de IBNER.

(iii) A provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR) é constituída para todos os ramos de atuação, com base em metodologia descrita em Nota Técnica e leva em consideração a experiência de sinistralidade.

(iv) A provisão de despesas relacionadas é constituída para todos os ramos de atuação, com base em metodologia descrita em Nota Técnica e leva em consideração as despesas referentes a sinistros já avisados e referentes a sinistros ocorridos, mas ainda não avisados.

Nota 4.10.2. Teste de adequação dos passivos

Conforme requerido pelo CPC 11 e pela Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, em cada data de balanço é elaborado o TAP para todos os contratos vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor líquido contábil todos os passivos de contratos de seguro permitidos segundo o CPC 11, deduzidos dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros.



O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor presente das estimativas dos fluxos de caixa das obrigações futuras que venham a surgir no cumprimento das obrigações dos contratos de seguro e a soma contábil das provisões técnicas, na data-base, deduzida dos ativos intangíveis e dos custos de aquisição diferidos diretamente relacionados aos contratos de seguros. As estimativas correntes dos fluxos de caixa foram trazidas a valor presente com base na estrutura a termo das taxas de juros (ETTJ) livre de risco divulgada pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA), utilizando o indexador de taxa pré-fixada e o cupom IPCA. A taxa de juros a termo pré-fixada e do cupom IPCA foram obtidas a partir dos parâmetros informados pela ANBIMA para 31 de dezembro de 2022. O fluxo de despesas administrativas/operacionais foi trazido a valor presente utilizando o cupom IPCA, dado que os componentes das despesas administrativas, como salários, aluguel e outros seguem os níveis da inflação cujo índice oficial é o IPCA. Os demais fluxos por serem nominais foram trazidos a valor presente pela taxa a termo pré-fixada. Na projeção dos fluxos de caixa foram considerados os prêmios, os sinistros ocorridos e ainda não pagos, os sinistros a ocorrer, despesas administrativas, e as despesas relacionadas à liquidação dos sinistros. Para este teste, os contratos são agrupados em uma base com características de risco similares.

A seguir, divulgam-se as principais premissas adotadas no TAP:

- Sinistralidade do grupo de ramos 05 – Garantia Mecânica: 57% (com base em experiência do mercado, apurada entre 12/2021 e 11/2022);
- Sinistralidade do grupo de ramos 07 – Garantia Financeira: 17% (com base em experiência do mercado, apurada entre 12/2018 a 11/2022);
- Despesas administrativas: 30,50% (com base nas despesas reais do exercício);
- Tributos (PIS/COFINS): 4,65%

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos foi comparado as provisões técnicas de sinistros ocorridos que inclui os sinistros a liquidar (PSL), os sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) e as despesas relacionadas (PDR). O valor presente esperado do fluxo relativo a sinistro a ocorrer, relativo a apólices vigentes, acrescido das despesas administrativas e outras despesas foi comparado a soma das provisões técnicas - PPNG e PPNG-RVNE, líquidas dos custos de aquisição diferidos relacionados diretamente ao negócio.

O Teste de Adequação dos Passivos do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não indicou a necessidade de ajuste nas provisões técnicas de seguros.

Nota 4.11. Custos de aquisição e comissão de resseguro

Os custos de comercialização e as receitas de comissão de resseguro são registrados quando da emissão da apólice e reconhecidas no resultado segundo o transcorrer da vigência do período de cobertura do risco, através da constituição do diferimento das despesas e receitas de comercialização.

Nota 4.12. Normas e interpretações de normas ainda não adotadas

Pronunciamento	Descrição	Vigência
CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos Financeiros	Refere-se orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito, para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização do hedge	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018
CPC 50 (IFRS 17) – Contratos de Seguros	Estabelece princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguro emitido	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 Somente será aplicável quando referendado pela SUSEP

NOTA 5. GERENCIAMENTOS DE RISCOS

A diretoria tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da empresa. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

No segmento de seguros, a Circular SUSEP 648/2021 e alterações posteriores, estabelece que as sociedades avaliem de forma geral a sua exposição aos seguintes riscos, provenientes de suas operações e de suas atividades de investimentos financeiros: (i) Risco de subscrição de seguro; (ii) Risco de crédito; (iii) Risco de liquidez; (iv) Risco de mercado; (v) Risco operacional; (vi) Risco de capital; (vii) Análise de sensibilidade e; (viii) Risco financeiro.

Nota 5.1. Gestão do risco de subscrição

O risco de subscrição é a possibilidade de haver perdas decorrentes de falhas na especificação das condições de aceitação, na tarifação do produto ou ainda de efetuar provisões técnicas insuficientes, tecnicamente mal dimensionadas ou elaborar políticas de resseguro ou transferência de risco inadequada.

Mitigadores do risco de aceitação do produto – A aceitação dos riscos é administrada principalmente, pela precificação, seleção e critérios de pulverização. Há constante monitoramento em relação aos resultados auferidos de forma a propiciar a implementação e revisão das políticas de aceitação, a qual, em linhas gerais, consiste na aplicação da teoria da probabilidade aplicada para a precificação e provisionamento das operações de seguros. É mantida uma carteira de seguros pulverizada e diversificada de forma a minimizar o risco de um impacto significativo em seu índice de sinistralidade. O principal risco é que a frequência e severidade de sinistros sejam maiores do que o estimado.

Mitigadores do risco de subscrição – A estratégia de subscrição visa diversificar as operações de seguros para assegurar o balanceamento da carteira e baseia-se no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados. Os modelos de subscrição encontram-se devidamente aprovados e registrados junto ao órgão regulador e são consistentes com os produtos e estruturas de coberturas oferecidas ao mercado, de forma a atender as necessidades específicas de cada segurado e de realizar o estudo dos custos e receitas, visando retorno aos acionistas. Basicamente, a subscrição dos riscos é procedida através de análise individual de forma a aliar a subscrição com o critério de precificação. Todos os riscos são registrados em sistema eletrônico de armazenamento e gerenciamento de dados.

Mitigadores do risco de resseguro – Há políticas de resseguro como forma para diluir e homogeneizar sua responsabilidade diante os riscos assumidos. Dessa política constam os critérios de riscos a ressegurar, lista dos resseguradores que atendem aos critérios estabelecidos, bem como o limite de comprometimento das cessões a ser atribuído para cada um deles. Os contratos de resseguro firmados consideram condições proporcionais e não proporcionais, de forma a reduzir e proteger a exposição dos riscos isolados e dos riscos de natureza catastrófica em cada carteira.

Mitigadores do risco de provisões técnicas insuficientes. As provisões técnicas são avaliadas semestralmente, na mesma periodicidade das divulgações das demonstrações financeiras. Juntamente com as avaliações são realizados testes de adequação dos passivos de forma a averiguar a adequação dos saldos registrados considerando as premissas mais atualizadas e realistas em relação aos riscos assumidos.

Nota 5.2. Gerenciamento de risco de créditos

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro. A gestão de riscos dos ativos financeiros deve assegurar que os limites dos riscos apropriados aos investimentos não se excedam e que garantam retornos sustentáveis.

A tabela abaixo apresenta a composição consolidada da carteira por classe e por categoria contábil:



Classificação				31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
	Sem rating	brAAA	BB-	Valor de mercado	Valor de mercado
Disponível para Venda	20.903	-	-	20.903	8.317
Caixa e Bancos	601	-	-	601	615
Créditos das operações com seguros e resseguros	18.230	-	-	18.230	6.085
Outros créditos operacionais	215	-	-	215	252
Títulos e créditos a receber	765	-	-	765	174
Créditos tributários e previdenciários	1.092	-	-	1.092	1.191
Privados	31.495	7.081	-	38.576	25.172
Títulos de Renda Fixa	-	7.081	-	7.081	6.106
Depósito a Prazo com Garantia Especial - DPGE	-	-	-	-	5.435
Quotas de Fundo de Investimento	31.495	-	-	31.495	13.631
Públicos	-	-	26.789	26.789	23.735
Letra Financeira do Tesouro - LFT	-	-	26.789	26.789	23.735
Exposição máxima ao risco de crédito	52.398	7.081	26.789	86.268	57.224

O valor justo dos instrumentos negociados num mercado ativo é baseado em cotação de preços em mercado ativo na data de balanço. O valor cotado dos ativos financeiros mantidos é o de mercado.

Nota 5.3. Gerenciamento de risco de liquidez

A gestão de risco de liquidez se dá pela capacidade em gerar e manter, através do gerenciamento de seus investimentos, volume suficiente de recursos para saldar seus compromissos. A administração avalia continuamente o seu fluxo de caixa em face das obrigações previstas.

Nota 5.4. Gerenciamento de mercado

O risco de mercado é a alteração no preço de mercado e sobre o valor de seus instrumentos financeiros.

Para todos os instrumentos financeiros, o CPC 40, requer a divulgação relacionada à mensuração do valor justo com base no seguinte nível:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos (nível 1).
- Títulos não cotados nos mercados abrangidos no “nível 1” mas cuja precificação é direta ou indiretamente observável mediante a utilização de modelos reconhecidos e utilizados pelo mercado.

Descrição	31/12/2022				Consolidado 31/12/2021			
	Nível I	Nível II	Valor de curva	Valor de mercado	Nível I	Nível II	Valor de curva	Valor de mercado
Títulos de Renda Fixa Públicos - LFT	26.789	-		26.789	23.735	-		23.735
Títulos de Renda Fixa Privados - DPGE	-	-		-	-	5.435		5.435
Títulos de Renda Fixa Privados - CDB	7.081	-		7.081	6.106	-		6.106



Fundos de Investimentos	-	31.495		31.495	-	13.631		13.631
Total	33.870	31.495	-	65.365	29.841	19.066	-	48.907

A totalidade das aplicações financeiras (LFT's-Letras Financeiras do Tesouro) encontram-se vinculadas à SUSEP para cobertura das provisões técnicas. Em quotas de fundos de investimentos o valor de R\$ 2.537 encontra-se vinculados para cobertura das provisões técnicas.

As aplicações estão contabilizadas pelo valor de curva. O valor de mercado é o valor justo do ativo cotado em mercado na data de balanço.

Nota 5.5. Gerenciamento de risco operacional

Risco operacional é resultante de perdas de processos internos ou inadequados, provenientes de todas as áreas de negócios.

No período findo em 31 de dezembro de 2022 as concentrações brutas de risco para os produtos comercializados estão distribuídas da seguinte forma:

Consolidado
31/12/2022

Ramos	Centro Oeste	Sudeste	Sul	Nordeste	Norte	Total Geral
Assistência e Outras Coberturas – Auto	474	132	3.022	184	88	3.900
Seguro Garantia - Setor Publico	10.665	19.260	7.681	4.959	1.537	44.102
Seguro Garantia - Setor Privado	1.602	10.550	2.046	2.493	960	17.651
Total Geral	12.741	29.942	12.749	7.636	2.585	65.653
Percentual	19,41%	45,61%	19,42%	11,63%	3,94%	100,00%

Consolidado
31/12/2021

Ramos	Centro Oeste	Sudeste	Sul	Nordeste	Norte	Total Geral
Assistência e Outras Coberturas – Auto	158	732	856	163	71	1.980
Seguro Garantia - Setor Publico	1.457	4.488	1.313	784	347	8.389
Seguro Garantia - Setor Privado	1.010	2.211	626	512	465	4.824
Total Geral	2.625	7.431	2.795	1.459	883	15.193
Percentual	17,28%	48,91%	18,40%	9,60%	5,81%	100,00%

Nota 5.5.1. Exposição ao risco de resseguro

Natureza	Agência	Rating	Prêmio cedido em 2022	Prêmio cedido em 2021
Local	A. M. Best Company	sem rating	13.812	4.476
Admitida	A. M. Best Company	A+	11.556	(9)
Admitida	A. M. Best Company	A	-	-



Admitida	Standart & Poor's / FITCH	A+	(13)	2.223
Admitida	Standart & Poor's / FITCH	AA-	2.235	1.678
Eventual	A. M. Best Company	A+	6.904	845
Eventual	A. M. Best Company	A	5.840	1.602
Eventual	Standart & Poor's / FITCH	A	985	-
Eventual	Standart & Poor's / FITCH	A+	6.354	-
Eventual	Standart & Poor's / FITCH	A-	1.365	374
Total			49.038	11.189

Os dados das agências classificadoras de rating foram extraídos do site SUSEP.

Nota 5.6. Gestão de risco de capital

A Companhia, através de sua controlada, executa suas atividades de gestão de risco de capital, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo segundo critérios de exigibilidade de capital emitidos pela SUSEP.

Nota 5.7. Análise de sensibilidade

Na presente análise de sensibilidade foi considerada a variável taxa de juros como fator de risco. Simulamos como uma variação (diminuição ou aumento) de 25% na taxa de juros Selic, teriam impactado no resultado em 31 de dezembro de 2022:

Fator de risco	Premissas	Impacto no resultado	Impacto no resultado
		31/12/2022	31/12/2021
Taxa de juros	Diminuição de 25% na Taxa Selic	(1.732.094)	(586.727)
Taxa de juros	Aumento de 25% na Taxa Selic	1.732.094	586.727

Nota 5.8. Gestão de riscos financeiros

A carteira de investimentos está substancialmente protegida de riscos financeiros, os riscos são monitorados através de instrumentos e modelos de análise de risco, que leva em consideração o cenário econômico e os requerimentos regulatórios que norteiam os negócios e ativos financeiros.

O principal fator de risco que afeta o negócio discrimina-se como segue:

						31/12/2022
Classe	Indexador / Premissas	Taxa base	Taxa afetada	Saldo contábil	Impacto	Saldo impactado
Ativos pós-fixados privados						
Títulos de Renda Fixa	CDI - Aumento de 25% na taxa	12,39%	15,49%	7.081	220	7.301
Quotas de Fundos de Investimentos	CDI - Aumento de 25% na taxa	12,39%	15,49%	31.495	976	32.471
				38.576	1.196	39.772
Ativos pós-fixados públicos						
Títulos de Renda Fixa	SELIC - Aumento de 25% na taxa	11,73%	14,66%	26.583	779	27.362
Total				65.159	1.975	67.134



31/12/2022						
Classe	Indexador / Premissas	Taxa base	Taxa afetada	Saldo contábil	Impacto	Saldo impactado
Ativos pós-fixados privados						
Títulos de Renda Fixa	CDI - Redução de 25% na taxa	12,39%	9,29%	7.081	(220)	6.861
Quotas de Fundos de Investimentos	CDI - Redução de 25% na taxa	12,39%	9,29%	31.495	(976)	30.519
				38.576	(1.196)	37.380
Ativos pós-fixados públicos						
Títulos de Renda Fixa	SELIC - Redução de 25% na taxa	11,73%	8,80%	26.583	(779)	25.804
Total				65.159	(1.975)	63.184

31/12/2021						
Classe	Indexador / Premissas	Taxa base	Taxa afetada	Saldo contábil	Impacto	Saldo impactado
Ativos pós-fixados privados						
Títulos de Renda Fixa	CDI - Aumento de 25% na taxa	4,42%	5,53%	11.541	128	11.669
Quotas de Fundos de Investimentos	CDI - Aumento de 25% na taxa	4,42%	5,53%	13.631	151	13.782
				25.172	279	25.451
Ativos pós-fixados públicos						
Títulos de Renda Fixa	SELIC - Aumento de 25% na taxa	4,35%	5,44%	23.798	259	24.057
Total				48.970	539	49.509

31/12/2021						
Classe	Indexador / Premissas	Taxa base	Taxa afetada	Saldo contábil	Impacto	Saldo impactado
Ativos pós-fixados privados						
Títulos de Renda Fixa	CDI - Redução de 25% na taxa	4,42%	3,31%	11.541	(128)	11.413
Quotas de Fundos de Investimentos	CDI - Redução de 25% na taxa	4,42%	3,31%	13.631	(151)	13.480
				25.172	(279)	24.893
Ativos pós-fixados públicos						
Títulos de Renda Fixa	SELIC - Redução de 25% na taxa	4,35%	3,26%	23.798	(259)	23.539
Total				48.970	(539)	48.431

A Companhia possui como política de gestão de risco financeiro, a contratação de produtos financeiros prontamente disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando alta liquidez para honrar suas obrigações futuras e como uma política prudente de gestão de risco de liquidez.

NOTA 6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A composição da rubrica discrimina-se como segue:

Descrição	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e contas correntes	1	1	601	615
Total	1	1	601	615

NOTA 7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

A composição da rubrica discrimina-se como segue:

Descrição	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2022	2021	2022	2021
Aplicações de renda fixa	7.081	6.106	65.159	48.970
Total	7.081	6.106	65.159	48.970
. Circulante	-	-	31.495	19.066
. Não Circulante	7.081	6.106	33.664	29.904

NOTA 8. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS**Nota 8.1 Prêmios à receber:**

Ramos	Prêmios a receber de segurados	Prêmios RVNE	Redução ao valor recuperável	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2022</u> Prêmio à receber líquido
Assistência e Outras Coberturas – Auto	456	35	(6)	485
Seguro Garantia - Setor Público	12.803	1.355	(1.246)	12.912
Seguro Garantia - Setor Privado	3.130	604	(39)	3.695
Total	16.389	1.994	(1.291)	17.092
			<u>Circulante</u>	16.322
			<u>Não circulante</u>	770

Ramos	Prêmios a receber de segurados	Prêmios RVNE	Redução ao valor recuperável	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2021</u> Prêmio à receber líquido
Assistência e Outras Coberturas – Auto	306	14	-	320
Seguro Garantia - Setor Público	4.149	476	(727)	3.898
Seguro Garantia - Setor Privado	1.568	311	(17)	1.862
Total	6.023	801	(744)	6.080
			<u>Circulante</u>	5.016
			<u>Não circulante</u>	1.064

Nota 8.1.1 Composição quanto aos prazos de vencimento:

A vencer	31/12/2022	Consolidado
		31/12/2021
A vencer de 0 a 60 dias	10.135	3.439
A vencer de 61 a 120 dias	2.459	262
A vencer de 121 a 180 dias	1.410	55
A vencer de 181 a 365 dias	1.260	823
A vencer superior a 365 dias	771	1.064
Total	16.035	5.643

Vencidos	31/12/2022	Consolidado
		31/12/2021
Vencidos de 0 a 60 dias	1.562	807
Vencidos de 61 a 120 dias	332	162
Vencidos de 121 a 180 dias	163	59
Vencidos de 181 a 365 dias	129	25
Vencidos superior a 365 dias	162	128
Total	2.348	1.181

Total prêmios a receber	18.383	6.824
--------------------------------	---------------	--------------

Nota 8.2 Operações com resseguradoras:

São compostas por sinistros pagos a serem recuperados dos resseguradores, que totalizam R\$ 601 na data de 31/12/2022 (R\$ 5 em 31/12/2021), e participação nos lucros a receber sobre prêmio de resseguro cedido no total de R\$ 537.

NOTA 9. OUTROS CREDITOS OPERACIONAIS

Ramos	31/12/2022	Consolidado
	Créditos com corretores	Créditos com corretores
Assistência e Outras Coberturas – Auto	25	2
Seguro Garantia - Setor Público	187	236
Seguro Garantia - Setor Privado	3	14
Total	215	252

NOTA 10. ATIVOS DE RESSEGURO PROVISÕES TÉCNICAS

ATIVO	Prêmio de resseguro diferido	Prêmio de resseguros diferido-RVNE	Sinistros pendentes de pagamento	IBNR Sinistros ocorridos mas não avisados	Provisão de despesas relacionadas do IBNR	31/12/2022	Consolidado
						Total Ativos de resseguro - Provisões técnicas	31/12/2021
Seguro Garantia - Setor Público	22.118	278	1.593	241	114	24.344	13.578
Seguro Garantia - Setor Privado	5.903	145	8,00	112	10	6.178	2.519

Totais	28.021	423	1.601	353	124	30.522	16.097
--------	--------	-----	-------	-----	-----	--------	--------

<u>Circulante</u>	15.184	9.049
<u>Não Circulante</u>	15.338	7.048

NOTA 11. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

Nota 11.1. Créditos tributários e previdenciários

	<u>31/12/2022</u>	Controladora <u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	Consolidado <u>31/12/2021</u>
Imposto de renda a compensar	1.084	1.184	1.229	1.265
Contribuição social a compensar	8	8	96	46
Outros tributos a compensar	-	-	4	1
Total	1.092	1.191	1.329	1.312

NOTA 12. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

Nota 12.1. Detalhamento por ramo

<u>Ramos</u>	<u>CAD - Seguros</u>	<u>CAD - Cosseguro aceito</u>	<u>CAD - RVNE</u>	<u>Outros custos de aquisição</u>	Consolidado 31/12/2022 Total
Assistência e Outras Coberturas – Auto	651	-	11	-	662
Seguro Garantia Setor Público	10.010	691	305	11	11.017
Seguro Garantia Setor Privado	2.869	-	143	-	3.012
Total	13.530	691	459	11	14.691
				<u>Circulante</u>	7.518
				<u>Não circulante</u>	7.173

<u>Ramos</u>	<u>CAD - Seguros</u>	<u>CAD - Cosseguro aceito</u>	<u>CAD - RVNE</u>	<u>Outros custos de aquisição</u>	Consolidado 31/12/2021 Total
Assistência e Outras Coberturas – Auto	162	-	3	-	165
Seguro Garantia Setor Público	3.630	482	93	-	4.205
Seguro Garantia Setor Privado	846	-	58	-	904
Total	4.638	482	154	-	5.274
				<u>Circulante</u>	2.581
				<u>Não circulante</u>	2.693

Nota 12.2. Movimentação

Consolidado

Descrição	31/12/2022				Total
	CAD - Seguros	CAD - Cosseguro aceito	CAD - RVNE	Outros custos de aquisição	
Saldos iniciais em 01 de janeiro de 2021	5.747	528	394	627	7.296
Constituições decorrentes de comissões emitidas	2.845	149	-	(14)	2.980
Apropriações	(3.954)	(195)	-	(613)	(4.762)
Outras constituições (reversões)	-	-	(240)	-	(240)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	4.638	482	154	-	5.274
Constituições decorrentes de comissões emitidas	15.838	616	-	260	16.714
Apropriações	(6.946)	(407)	-	(249)	(7.602)
Outras constituições (reversões)	-	-	305	-	305
Saldos em 31 de dezembro de 2022	13.530	691	459	11	14.691

NOTA 13. DÉBITOS E CRÉDITOS JUDICIAIS

Referem-se a provisões e depósitos judiciais para garantia de discussões em curso na esfera judicial e discriminam-se como segue:

Nota 13.1. Depósitos Judiciais

Descrição	Controladora / Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
PIS e COFINS s/ receitas financeiras	-	607
Total	-	607

Nota 13.2. Provisões Fiscais

Descrição	Controladora / Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
PIS e COFINS s/ receitas financeiras	-	610
Total	-	610

NOTA 14. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Nota 14.1. Imobilizado

Consolidado

31/12/2022

Descrição	Taxa anual de depreciação	Saldo em 31/12/2021	Aquisição	Depreciação	Saldo Líquido
Equipamentos de informática	20%	44	74	(13)	105
Total		44	74	(13)	105

**Consolidado**

<u>Ramos</u>	<u>Prêmio de resseguro emitido</u>	<u>Comissões s/prêmios cedidos em resseguro</u>	<u>Prêmio de Resseguro - RVNE</u>	<u>Comissões s/prêmios cedidos em resseguro - RVNE</u>	<u>Sinistros</u>	<u>Ajuste ao valor de realização</u>	<u>31/12/2021</u>
Seguro Garantia - Setor Público	4.603	(1.904)	353	(147)	9	(305)	2.609
Seguro Garantia - Setor Privado	2.221	(932)	245	(102)	-	(3)	1.429
Total	6.824	(2.836)	598	(249)	9	(308)	4.038
<u>Circulante</u>							3.415
<u>Não Circulante</u>							623

Nota 15.4. Corretores de Seguros e Resseguros:

Refere-se a comissões a liquidar com corretores de seguros e discrimina-se como segue:

<u>Ramos</u>	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Assistência e Outras Coberturas – Auto	730	582
Seguro Garantia - Setor Público	3.244	1.047
Seguro Garantia - Setor Privado	1.239	318
Total	5.213	1.947
<u>Circulante</u>	5.032	1.780
<u>Não Circulante</u>	181	167

Nota 15.5. Outros débitos operacionais:

<u>Ramos</u>	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Assistência e Outras Coberturas – Auto	69	69
Seguro Garantia - Setor Público	37	21
Seguro Garantia - Setor Privado	7	62
Total	113	152

Nota 15.6. Depósito de terceiros:

<u>Descrição</u>	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
De 1 a 30 dias	340	27
De 31 a 60 dias	6	1
De 61 a 120 dias	273	4
De 121 a 180 dias	7	1
De 181 a 365 dias	55	6
Superior a 365 dias	46	34
Total	727	73

NOTA 16. PROVISÕES TÉCNICAS SEGUROS

						Consolidado 31/12/2022
Ramos	Prêmios não Ganhos PPNG	Prêmios não Ganhos RVNE	Sinistros a Liquidar	IBNR Sinistros Ocorridos, mas não avisados	Provisão Despesas Relacionadas	Total
Assistência e Outras Coberturas – Auto	2.094	35	138	48	4	2.319
Seguro Garantia - Setor Público	47.507	1.355	1.801	342	134	51.139
Seguro Garantia - Setor Privado	12.115	604	45	137	16	12.917
Total Provisões Técnicas	61.716	1.994	1.984	527	154	66.375
						Circulante 35.221
						Não-Circulante 31.154

						Consolidado 31/12/2021
Ramos	Prêmios não Ganhos PPNG	Prêmios não Ganhos RVNE	Sinistros a Liquidar	IBNR Sinistros Ocorridos, mas não avisados	Provisão Despesas Relacionadas	Total
Assistência e Outras Coberturas – Auto	729	14	56	12	2	813
Seguro Garantia - Setor Público	20.984	476	3.669	167	200	25.496
Seguro Garantia - Setor Privado	4.561	311	-	247	22	5.141
Total Provisões Técnicas	26.274	801	3.725	426	224	31.450
						Circulante 17.970
						Não-Circulante 13.480

Nota 16.1. Movimentação das provisões técnicas:

						Consolidado 31/12/2022
Ramos	Prêmios não Ganhos PPNG	Prêmios não Ganhos RVNE	Sinistros a Liquidar	IBNR Sinistros Ocorridos, mas não avisados	Provisão Despesas Relacionadas	Total
<u>Saldos iniciais em 01/01/2022</u>	<u>26.274</u>	<u>801</u>	<u>3.725</u>	<u>426</u>	<u>224</u>	<u>31.450</u>
Constituições	68.076	-	-	-	-	68.076
Pagamentos	-	-	(5.246)	-	(32)	(5.278)
Apropriação	(32.634)	-	-	-	-	(32.634)
Avisos de sinistros	-	-	2.458	-	32	2.490
Ajustes de sinistros/despesas relacionadas	-	-	1.508	-	0	1.508
Cancelamentos de sinistros	-	-	(461)	-	-	(461)
Outras constituições(reversões)	-	1.193	-	101	(70)	1.224
Total Provisões Técnicas	61.716	1.994	1.984	527	154	66.375

Nota 16.2. Garantia das Provisões técnicas:

Descrição	31/12/2022	Consolidado
		31/12/2021
Provisões técnicas	66.375	31.450
Direitos creditórios	(14.338)	(4.756)
Custos de Aquisição Diferidos redutores-PPNG	(9.930)	(3.753)
Ativos de resseguros redutores-PPNG	(14.933)	(10.245)
Ativos de resseguros redutores-PSL	(1.601)	(2.475)
Ativos de resseguros redutores-IBNR	(353)	(319)
Ativos de resseguros redutores-PDR de IBNR	(124)	(152)
Total a ser coberto	25.096	9.750
Ativos vinculados	29.120	23.798
Suficiência/(Insuficiência)	4.024	14.048

NOTA 17. PROVISÕES JUDICIAIS

As provisões para contingências passivas foram constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos e o histórico de perdas. A administração entende que estas provisões são suficientes para fazer frente a eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos.

Processos cíveis: referem-se a processos, na seguradora, movidos por segurados ou terceiros reivindicando o pagamento de coberturas não contratadas nas respectivas apólices ou por outros motivos não relacionados a sinistro.

NOTA 18. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e movimentações com partes relacionadas discriminam-se como segue:

Descrição	31/12/2022			Controladora 31/12/2021		
	Ativo	Passivo	Resultado/PL	Ativo	Passivo	Resultado/PL
Contratos de mútuo	-	481	-	-	632	-
Lucros e dividendos	-	1.705	-	-	1.098	-
Juros sobre o capital próprio	791	2.717	(1.276)	-	1.633	(310)
Total	791	4.903	(1.276)	-	3.363	(310)
Circulante	791	4.422		-	2.731	
Não circulante	-	481		-	632	

Descrição	31/12/2022			Consolidado 31/12/2021		
	Ativo	Passivo	Resultado/PL	Ativo	Passivo	Resultado/PL
Contratos de mútuo	-	481	-	-	632	-
Lucros e dividendos	-	1.705	-	-	1.098	-



Juros sobre o capital próprio	-	2.805	(1.379)	-	1.633	-
Total	-	4.991	(1.379)	-	3.363	-
Circulante	-	4.510		-	2.731	
Não circulante	-	481		-	632	

Referem-se a operações de mútuo realizadas com empresas integrantes do grupo econômico ao qual pertence a empresa. São contratos firmados sem cláusula de remuneração, devido ao controle societário comum.

NOTA 19. INVESTIMENTOS

Na data de encerramento das demonstrações contábeis, o investimento na controlada direta JNS Seguradora S/A (CNPJ.: 30.862.594/0001-00) demonstra-se da seguinte forma:

JNS Seguradora S/A
CNPJ.: 30.862.594/0001-00

Detalhes do investimento	2022	2021
Percentual de Participação	90,0%	90,0%
Saldo Inicial do Investimento	29.933	29.135
Equivalência Patrimonial	772	798
Saldo Final do Investimento	30.705	29.933

Principais informações contábeis da investida:	2022	2021
Ativos	124.474	72.933
Caixa e Equivalentes	600	614
Aplicações Financeiras	58.078	42.864
Créditos das operações com seguros e resseguros	18.230	6.085
Outros créditos operacionais	215	252
Ativos de resseguros	30.522	16.097
Custos de aquisição diferidos	14.691	5.274
Imobilizado	105	44
Intangível	1.268	1.529
Outros	765	174
Passivo Exigível	90.357	39.674
Fornecedores	1.740	466
Obrigações fiscais	113	48
Obrigações sociais	343	105
Encargos trabalhistas	218	67
Débitos das operações com seguros e resseguros	20.520	7.317



Depósitos de terceiros	727	73
Provisões técnicas - seguros	66.375	31.450
Outras obrigações	321	148
Patrimônio Líquido	34.117	33.259
Lucro Líquido no Período	858	886
Prêmios ganhos	32.634	20.802
(-) Sinistros ocorridos	(3.497)	52
(-) Custos de aquisição	(7.602)	(4.762)
(-) Outras receitas e despesas operacionais	(1.391)	(589)
Resultado com resseguros	(11.746)	(8.175)
Despesas administrativas	(10.300)	(6.978)
Despesas com tributos	(1.343)	(911)
Resultado financeiro	5.950	1.933
Imposto de renda e contribuição social	(476)	(403)
Participações sobre o resultado	(337)	(83)
Juros sobre o capital próprio	(1.034)	-

NOTA 20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

i) Capital Social

O capital subscrito e integralizado é composto por 31.210.000 ações ordinárias nominativas, todas com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

ii) Dividendos

Aos acionistas é garantido de acordo com a Lei 6404/76 um dividendo mínimo de 50% do lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com a legislação.

A proposta de destinação do dividendo mínimo garantido aos acionistas, de acordo com o mencionado no parágrafo anterior, será efetivada na Assembleia Geral Ordinária a que serão submetidas às demonstrações financeiras do exercício.

iii) Reserva Legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido, após crédito dos juros sobre o capital próprio, apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da lei nº 6404/76, até o limite de 20% do capital social.

iv) Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio estão sendo apresentados, nas demonstrações financeiras, diretamente como uma mutação do patrimônio líquido, como distribuição de resultados, conforme facultado pela legislação societária.

v) Resultado por ação



Detalhes	2022	2021
Resultado do Exercício	2.554	1.090
Quantidade de ações	31.210	31.210
Lucro por ação	0,08	0,03

Não há instrumentos ou acordos que influenciem (diluam) o resultado por ação.

vi) Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e exigência de capital

As sociedades seguradoras devem apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) superior ou igual ao capital mínimo requerido (CMR).

O cálculo capital mínimo requerido – CMR é baseado na resolução CNSP N° 432/2021 que determina que este deve corresponder ao maior valor entre o capital base e o capital de risco.

Demonstrativo do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) da Controlada:

Detalhes	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio Líquido	34.117	33.259
(-) Ajustes contábeis	(1.279)	(1.529)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	124	34
Patrimônio Líquido Ajustado - nível 1	32.962	31.764
Patrimônio Líquido Ajustado - nível 2	3.503	-
Patrimônio Líquido Ajustado	36.465	31.764

vii) Capital Mínimo Requerido:

Detalhes	31/12/2022	31/12/2021
Capital Base (a)	8.100	8.100
. Capital baseado no risco de subscrição	5.647	1.397
. Capital baseado no risco de crédito	3.382	1.580
. Capital baseado no risco operacional	284	139
. Capital baseado no risco de mercado	6.701	2.881
. Efeito correlação (Benefício)	(4.000)	(1.471)
Capital de Risco (b)	12.014	4.526
Capital Mínimo Requerido – maior valor entre (a) e (b)	12.014	8.100
Patrimônio Líquido Ajustado	36.465	31.764
Suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado	24.451	23.664
	204%	292%

NOTA 21. DETALHAMENTO DAS CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Nota 21.1. Prêmios ganhos

Nota 21.1.1. Principais ramos de atuação



Ramos	31/12/2022	Consolidado
		31/12/2021
Assistência e Outras Coberturas – Auto	2.536	5.702
Seguro Garantia - Setor Público	20.001	10.606
Seguro Garantia - Setor Privado	10.097	4.494
Total	32.634	20.802

Nota 21.1.2. Prêmios ganhos

Descrição	31/12/2022	Consolidado
		31/12/2021
Prêmios diretos	82.238	22.003
Prêmios cancelados	(13.864)	(5.510)
Prêmios restituídos	(2.721)	(1.300)
Prêmios de cosseguro aceito	3.440	2.742
Prêmios cancelados cosseguro aceito	(975)	(1.507)
Prêmios restituídos cosseguro aceito	-	(454)
Prêmios de riscos vigentes não emitidos (RVNE)	1.194	(1.015)
Prêmios de cosseguro cedido	(43)	(824)
Prêmios cancelados cosseguro cedido	-	650
Variação das provisões técnicas	(36.635)	6.017
Total	32.634	20.802

Nota 21.2. Sinistros ocorridos

Descrição	31/12/2022	Consolidado
		31/12/2021
Sinistros Diretos - Administrativos	(3.491)	(1.734)
Sinistros Diretos - Judicial	(14)	(2)
Despesas com sinistros	(29)	(16)
Variação da Provisão de IBNR	(101)	1.708
Variação de despesas relacionadas de IBNR	(3)	99
Variação de despesas relacionadas de PSL	70	(56)
Ressarcimentos	88	53
Serviços de assistência	(17)	-
Total	(3.497)	52

Nota 21.3. Custos de aquisição

Descrição	31/12/2022	Consolidado
		31/12/2021
Comissões sobre prêmios diretos	(15.847)	(2.847)
Comissões sobre prêmios cosseguro aceito	(616)	(149)
Comissão sobre prêmios de riscos vigentes não emitidos (RVNE)	(305)	240
Comissões sobre prêmios cosseguro cedido	9	2

Outros custos de aquisição	(260)	14
Variação dos custos de aquisição diferidos	9.406	(1.395)
Variação de outros custos de aquisição	11	(627)
Total	(7.602)	(4.762)

Nota 21.4. Outras receitas e despesas operacionais

Descrição	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Despesas prestação de serviços Garantia Mecânica	2	(221)
Despesas honorários expectativas de sinistros	-	25
Despesa campanha corretor	(738)	(83)
Despesas com cobrança	(71)	(18)
Ajuste ao valor de realização para obrigações	260	362
Redução ao valor recuperável para recebíveis	(547)	(513)
Provisões cíveis	(191)	(6)
Outras despesas com operações de seguros	(106)	(135)
Total	(1.391)	(589)

Nota 21.5. Resultado com resseguro

Receita com resseguro	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Indenização de sinistros	694	128
Despesas com sinistros	-	7
Variação da provisão de IBNR	34	(1.332)
Variação de despesas relacionadas de PSL	(29)	22
Variação de despesas relacionadas de IBNR	1	(79)
Participação em lucros resseguradores	976	-
Total das receitas	1.676	(1.254)

Despesa com resseguro	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Prêmios de resseguros cedidos	(49.038)	(11.189)
Comissão s/ prêmios de resseguros cedidos	20.410	4.660
Prêmios de resseguros cedidos RVNE	(126)	829
Comissão s/ prêmios de resseguros cedidos RVNE	52	(547)
Provisão de prêmios não ganhos de resseguro RVE	26.088	(611)
Comissões diferidas - prêmios cedidos em resseguro RVE	(10.869)	228
Provisão de prêmios não ganhos de resseguro RVNE	126	(829)
Comissões diferidas - prêmios cedidos em resseguro RVNE	(52)	547
Ressarcimentos	(13)	(9)
Total das despesas	(13.422)	(6.921)

Total do Resultado com resseguro	(11.746)	(8.175)
---	-----------------	----------------

Nota 21.6. Despesas administrativas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	-	-	(3.671)	(2.055)
Serviços de terceiros	(101)	-	(5.636)	(3.998)
Localização e funcionamento	-	-	(696)	(617)
Publicidade e propaganda	-	-	(348)	(280)
Publicações	-	(3)	(10)	(25)
Outras	-	(1)	(40)	(7)
Total	(101)	(4)	(10.401)	(6.982)

Nota 21.7. Despesas com tributos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
COFINS	(114)	(15)	(999)	(611)
PIS	(23)	(2)	(147)	(90)
Impostos municipais	-	-	(7)	(3)
Impostos federais	-	-	(28)	(13)
Taxa de fiscalização SUSEP	-	-	(298)	(210)
Outras	-	(22)	(1)	(23)
Total	(137)	(39)	(1.480)	(950)

Nota 21.8. Resultado financeiro

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras				
. Com títulos de renda fixa	975	325	4.103	1.648
. Com operações de seguros	-	-	130	10
. Com fundos de investimentos	-	-	2.826	699
. Juros sobre capital próprio	931	-	-	-
. Variação monetária ativa	114	64	124	64
	2.020	389	7.183	2.421
Despesas financeiras				
. Encargos de mora	-	(54)	-	(54)
. Imposto sobre operações financeiras	-	-	(47)	(17)
. Taxa de custódia	-	-	(58)	(47)
. Taxa CETIP / SELIC	-	-	(38)	(33)
. Taxa CETIP / SELIC	-	-	(1)	(2)
	-	(54)	(144)	(153)
Resultado financeiro	2.020	335	7.039	2.268



Nota 21.9. Resultado Patrimonial

Descrição	31/12/2022	Controladora
		31/12/2021
. Equivalência Patrimonial - JNS Seguradora	772	798
Resultado Patrimonial	772	798

Nota 21.10. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável real.

Descrição	31/12/2022	Controladora	Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de Renda e contribuição Social Corrente	-	-	(476)	(403)
Total	-	-	(476)	(403)

Lucro Líquido do Exercício	2.554	1.090
(-) Juros sobre capital próprio	(1.276)	(310)
(+) Adições permanentes	(772)	(798)
(+) Adições temporárias	22	39
(-) Exclusões temporárias	(529)	(22)
Base de cálculo ajustada	(1)	(1)
. Imposto de renda	-	-
. Contribuição Social	-	-

O imposto de Renda é calculado à alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro líquido que excede a R\$ 240.000 anuais, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido é calculada à alíquota de 9% para a holding e 15% para o segmento de seguros, sendo para o segmento de seguros a alíquota de CSLL aumentada para 20% no período de julho/2021 a dezembro/2021, conforme Lei nº 14.183/2021 e aumentada para 16% no período de agosto/2022 a dezembro/2022, voltando a ser 15% a partir de janeiro/2023.

Não estão sendo constituídos créditos tributários sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais referentes aos exercícios subsequentes, os quais estão sendo controlados na escrituração fiscal.

NOTA 22. OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) Devido a sua estrutura operacional a controladora não possui apólices de seguros contratadas, para cobertura patrimonial ou cível;
- b) Não é política da administração a contratação de instrumentos financeiros derivativos.

JORGE NACLI NETO
DIRETOR PRESIDENTE

EMERSON LUIZ VIEIRA
CONTADOR CRC-PR 062.338/O-0
CPF 033.302.629-23